

Governo monta base de apoio

Rosângela Bittar

O presidente Fernando Collor recebeu de seus líderes no Senado e na Câmara dos Deputados a garantia de que há condições para a formação de uma base de sustentação do governo no Congresso, que seria integrada por 38 senadores do PFL, PRN, PDS, PDC e PTB e entre 130 e 140 deputados do PFL e PRN, além dos aliados nas bancadas do PDC, PDS e PTB. "Esse é o grupo consolidado. A partir dele podemos pensar em composições", disse o senador Marco Maciel (PFL-PE), líder do governo no Senado, fazendo distinção entre base e maioria. "Estamos organizando a base, não a maioria, que é eventual", explicou.

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acrescentou que a base é formada com parlamentares que têm afinidades com o governo, mas não se trata de um bloco governista. O deputado Humberto Souto (PFL-MG), líder do governo na Câmara, esclareceu que, nesta base parlamentar, poderão estar todos os moderados de qualquer partido, ou quem mais queira apoiar o governo em qualquer votação. Eles estão contando com a adesão, por exemplo, do PSDB, que em inúmeras votações poderá estar ao lado do governo.

Passarinho tem exemplos para mostrar que, por falta de uma articulação mínima, o governo tem perdido no Congresso algumas votações que poderia ganhar tranquilamente. Em lugar disso, os projetos vão tramitando e, quando o governo se dá conta, já perdeu. Com isso, o presidente Collor é obrigado a se desgastar, usando o veto para projetos que poderiam ter sido negociados se contasse com uma base parlamentar.

Fisiologia — Tanto os parlamentares governistas, como o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, fazem questão de evitar as comparações entre a formação dessa base e o antigo Centrão que, na Constituinte, sustentou o governo do ex-presidente José Sarney em troca de favores. Isso é diferente, também, segundo atesta o ministro da Justiça, do que acontecia nos governos militares. "Não se trata de *cobalização* do governo Collor", garantiu ontem Passarinho, referindo-se à entrega da Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos) para o PTB, durante o governo do general João

Figueiredo. Os petebistas fizeram uma administração desastrosa e saíram da Cobal acusados de corrupção.

"O presidente não quer fazer renascer o Centrão, não participei de nenhuma reunião com essa perfil", garantiu o senador Marco Maciel. "O que queremos é deixar nítida a nossa base, para que o governo tenha seus projetos aprovados com mais frequência". O senador Esperidião Amin (PDS-SC), colocado no grupo dos aliados eventuais, explicou que a diferença entre a base governista que se articula e o Centrão é o caráter ideológico do grupo que atuou na Constituinte. "As pessoas que têm a disposição e até o compromisso de apoiar o Collor, mesmo formando um grupo heterogêneo ideologicamente, devem estar articuladas para que possam votar um assunto do governo, mas não necessariamente dentro do bloco de apoio incondicional ao governo", ponderou Amin.

Estabilidade — O senador catariense dá respaldo teórico à formação do novo grupo. Segundo sua opinião, embora a atual composição do Senado e da Câmara tenha surgido de uma eleição realizada um ano após a do presidente Collor, isso não desobriga os senadores e deputados de ter responsabilidade pelo que acontece ao país. "O fato de sermos um fato político pós-Collor, não nos torna irresponsáveis pelo governo dele", explicou Amin. A seu ver, se o vitorioso tivesse sido Luís Inácio Lula da Silva, do PT, a situação estaria ainda pior e a base de sustentação do governo menor do que hoje. "Collor não tem a coleira, a rédea, o patrulhamento dos militantes do PT. Collor não é propriedade de um partideite", ironizou.

Na noite de terça-feira passada, o ministro Jarbas Passarinho jantou, na casa do senador Jonas Pinheiro (PTB-AM), com os senadores que formarão a base de sustentação ao governo na discussão e votação do Emendão e da reforma tributária de emergência. "O que temos discutido é que a estabilidade política e o enfrentamento dos problemas econômicos exigem uma base definida no Congresso", disse Marco Maciel. Há um espaço, segundo o líder do governo no Senado, em que os partidos podem se acertar sem abrir mão de seus programas ou de seus compromissos, e é este espaço que o governo vai buscar.